

Editorial vol. 37 n. 2

Apresentação: Desafios da Comunicação Política depois do Golpe

O golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, que pôs fim ao governo legitimamente eleito da presidente Dilma Rousseff, pegou os cientistas políticos e pesquisadores em Comunicação Política inteiramente de surpresa. Até então, tinha-se como certo que a democracia brasileira havia se consolidado, algumas décadas depois do fim do regime militar. O colapso da democracia brasileira foi e não foi espetacular, dependendo do modo como se olha para o processo. Não foi espetacular na medida em que não ocorreu por meio de um ato de força: diferentemente do golpe de 1964, o golpe de 2016 não envolveu tropas e tanques nas ruas, mas foi realizado por meio do comportamento pervertido de instituições basilares da vida democrática, como o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público. O golpe de 2016 foi, no entanto, espetacular em um sentido que o de 1964 não foi, dado o papel de proa que os meios de comunicação — com destaque para a grande imprensa — desempenharam no processo de deslegitimação das instituições políticas representativas e criminalização da esquerda política, abrindo terreno para o impeachment de Dilma Rousseff.

Contudo, o golpe não se consumou com a posse do vice-presidente Michel Temer no lugar da governante eleita. Mais do que simplesmente tirar Dilma Rousseff da Presidência, o projeto golpista tratou de promover o desmonte da política social elaborada pelos governos petistas desde 2003 e, ainda mais importante, inviabilizar qualquer possibilidade de as forças de esquerda voltarem ao poder por vias eleitorais, valendo-se, para tal, da aplicação seletiva das leis. De tal modo que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi preso depois de uma condenação, em segunda instância, com base em evidências extremamente frágeis, ao mesmo tempo em que seus rivais políticos tiveram seus processos descontinuados, não obstante baseados em evidências muito mais sólidas. Para além disso, iniciativas de repressão política têm se tornado cada vez mais comuns

e, como ocorreu no regime militar, algumas delas têm nas universidades o seu alvo prioritário, como o demonstraram a perseguição sistemática ao reitor da UFSC Luiz Carlos Cancellier Olivo, a condução coercitiva do reitor da UFMG Jaime Arturo Ramirez e a vice-reitora Sandra Regina Goulart Almeida, além do assédio moral promovido pelo ministro da Educação Mendonça Filho contra o professor Luis Felipe Miguel, por conta de uma disciplina sobre o golpe, oferecida na UnB.

Não deixa de ser curioso que, mesmo estando no olho do furacão do processo golpista, a universidade tenha sido bastante tímida em produzir respostas de cunho acadêmico para os eventos recentes. Alguns parecem acreditar que o tema é muito recente para permitir um tratamento científico rigoroso — o equivalente a dizer que a única ciência médica possível é aquela praticada pelos legistas. Não custa lembrar que a ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos tem sido objeto de um considerável número de trabalhos acadêmicos, que têm destacado os riscos que o seu estilo político implica para a democracia. De modo semelhante, o avanço do populismo da extrema-direita na Europa tem despertado apreensões que se traduzem em inúmeros textos acadêmicos publicados recentemente. Não existe uma razão válida, portanto, para que uma atitude “olímpica” diante do assalto à democracia no Brasil se torne compulsória entre os pesquisadores do país.

Em particular, há que se reconhecer que a dinâmica do assalto à democracia que teve lugar no Brasil tem características inteiramente distintas dos processos que têm lugar nos Estados Unidos e na Europa. Enquanto nesses países o que se enfatiza é a relativa incapacidade das instituições de *accountability* em impedir políticos populistas e antissistema, no caso brasileiro o comportamento pervertido desses mesmos agentes se transformou no elemento central do processo de desmontagem da ordem democrática. É importante observar que esse tipo de padrão de desestabilização da democracia não parece ter ocorrido apenas no Brasil, mas se repetiu em outros países da América Latina e, também, no Egito. O presente dossiê representa, portanto, uma oportunidade ímpar para discutir esse fenômeno.

Quatro artigos integram o presente dossiê. “A normalização do golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do ‘impeachment’ de Dilma Rousseff”, de Kelly Prudêncio, Carla Rizotto e Rafael Cardoso Sampaio (UFPR), examina a apuração feita pelos três principais veículos da grande imprensa brasileira — *O Estado de São Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* — sobre o processo de impeachment da ex-presidenta, com base na análise de mais de duas mil notícias, a partir da perspectiva analítica do enquadramento multimodal, que

considera, de maneira articulada, elementos relativos ao tipo de enquadramento, narrativa e representação visual dos fenômenos descritos. A conclusão do texto é que a cobertura dos três jornais contribuiu para a naturalização do golpe. Nessa perspectiva, a contribuição da imprensa para o processo golpista se deu menos através de um posicionamento explícito em seu favor do que pelo seu tratamento casual, de “política como de costume” que, de modo sistemático, ignorou a possibilidade de que o processo, tal qual ocorreu, pudesse representar uma crise para a democracia.

Dois outros textos consideram o processo golpista para além do impeachment de Dilma Rousseff. Para tal, eles se valem de duas estratégias diferentes. Em “O papel da mídia nos processos de impeachment de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017)”, de Theófilo Machado Rodrigues (UFRJ), contrasta o tratamento dispensado pela imprensa aos dois eventos, tendo em vista outras tentativas de deposição de presidentes brasileiros — João Goulart e Fernando Collor de Mello — no passado. A avaliação é feita a partir de editoriais publicados em um conjunto diversificado de jornais, alguns dos quais geralmente considerados como de expressão “nacional” (*O Estado de São Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e, em menor grau, *o Correio Brasiliense*) e outros, considerados de escopo mais “regional”, como *o Estado de Minas* e *o Zero Hora*. A partir desse material, o autor identifica uma grande convergência entre os editoriais dos diferentes jornais em favor do impeachment de Dilma Rousseff, mas não de Temer e, com base nisso, alerta para o perigo que o oligopólio dos meios de comunicação representa para a democracia brasileira.

Por outro lado, o artigo “Novos passos do Golpe: o enquadramento da reforma da Previdência no Jornal Nacional”, de Luiz Ademir de Oliveira (UFSJ e UFJF), Carla Montuori Fernandes (UNIP e UNIFAI) e Genira Correia Chagas (UNESP e PUC-SP), discute o golpe a partir do seu impacto nas políticas sociais do governo. Ao fazê-lo, ele aponta para um aspecto fundamental, que raramente tem sido explorado academicamente: o golpe não foi contra um conjunto de pessoas ou instituições, mas uma maneira de garantir a aprovação de determinadas políticas que, por serem demasiado impopulares, eram difíceis de serem aprovadas nas urnas. O artigo tem como foco central a cobertura da Reforma da Previdência pela grande imprensa, considerada a partir de uma metodologia de análise de conteúdo. Os autores discutem detalhadamente três aspectos dessa cobertura: a ênfase nos objetivos da Reforma, considerada como essencial para o país, a dinâmica da disputa entre os apoiadores e inimigos da reforma, e o fisiologismo. O texto chama a atenção para o modo como o recurso aberto a métodos fisiológicos na conquista

de votos pela reforma foi apresentado sem maiores problematizações pela imprensa. Cabe destacar que essa atitude contrasta frontalmente com o comportamento da imprensa com relação ao escândalo do Mensalão — no qual, em última análise, a questão também era o fisiologismo — a que estourou em 2005 e cuja cobertura se estendeu por vários anos, ajudando a fixar a imagem dos governos petistas como integralmente corruptos.

O artigo “Do ‘kit gay’ ao ‘monitor da informação’: a reação conservadora no Brasil”, de Richard Romancini (USP), que fecha o dossiê, explora a dinâmica social da construção de pânico moral na formação de uma opinião pública conservadora ao governo de Dilma Rousseff. Para tal, ele explora dois casos que se revelaram especialmente mobilizadores de grupos conservadores e, em particular, da direita evangélica no Brasil: o kit gay e o monitor da doutrinação. O primeiro caso se refere a um conjunto de denúncias que caracterizaram iniciativas governamentais de prevenção ao *bullying* contra homossexuais como um esforço de aliciamento de jovens; o segundo diz respeito à iniciativa promovida pelo jornal paranaense *Gazeta do Povo* de criar uma plataforma digital para colher denúncias de doutrinação ideológica em sala de aula, em conformidade com uma agenda promovida pelo Movimento Brasil Livre (MBL). O artigo apresenta uma contribuição relevante, ao explorar evidências de uma convergência entre setores distintos da direita em torno do projeto de derrubada do governo da presidente eleita. Ambos os casos dão conta de uma nova dinâmica de disputa em torno do controle das informações divulgadas publicamente, as possibilidades que as mídias sociais proporcionaram a agentes anteriormente marginais de exercer uma maior influência e, mais recentemente, o esforço das mídias tradicionais de restaurar o seu virtual monopólio informativo através do conceito de *fake news*.

Tomados em seu conjunto, os textos que compõem esse dossiê abrem caminho para um necessário esforço de construção de alternativas analíticas, que permitam considerar, de maneira consistente e sistemática, os novos desafios que se apresentam no campo da política, no Brasil e no mundo, tendo em vista, em particular, o papel que os meios de comunicação desempenham nessas novas circunstâncias.

Completam a edição três artigos, na seção de temáticas livres. Em “Eleições 2016 nas fanpages dos jornais regionais”, Michele Goulart Massuchin (UFMA) analisa como nove jornais, cada um veiculado em um estado do Nordeste do Brasil, adaptam a sua cobertura às mídias sociais em situações de campanha eleitoral. A mesma plataforma social é objeto do artigo “Interações e práticas no Facebook”, de Alex Primo (UFRGS), Vanessa Valiati (FEEVALE), Ludmila Lupinacci (London School)

e Laura Barros (UFRGS), que, com base em um *survey* feito com mais de 800 respondentes, explora aspectos relativos ao modo como o Facebook influencia a expressão subjetiva e a escrita de si. Finalmente, o artigo “A divulgação musical do rádio brasileiro: da ‘caitituagem’ aos desafios da concorrência digital”, de Daniel Gambaro (USP), Eduardo Vicente (USP) e Thais Saraiva Ramos (Anhembi Morumbi) explora o papel exercido pelos profissionais da indústria radiofônica na mediação da música, destacando, em particular, sua função de curadoria e explorando as diferentes estratégias que eles empregam para este fim.

Afonso Albuquerque (Universidade Federal Fluminense) – editor convidado

EQUIPE EDITORIAL

Editoras-chefes

Beatriz Polivanov (UFF)
Thaiane Oliveira (UFF)
Angela Prysthon (UFPE)

Editores convidados

Afonso Albuquerque (UFF)

Editores-executivos

Camilla Quesada Tavares e Luana Inocêncio (coordenadoras)
Daniela Mazur
Lumarya Souza
Seane Melo

Revisão

Jonas Pilz (coordenador)
Ana Luiza Figueiredo
Erylly Guedes
Manuela Arruda
Schneider Ferreira de Souza
Verônica Lima

Tradução / Versão

Patrícia Matos (coordenadora)
Deborah Santos
Leonam Dalla Vecchia

Projeto gráfico / Diagramação

Wanderley Anchieta (coordenador)
Érica Santos (capa)

Equipe de comunicação

Pollyane Belo (coordenadora)
Paola Sartori
Rafael Ribeiro

Planejamento estratégico

Melina Meimaridis (coordenadora)
Ícaro Joathan
Ledson Chagas